METODOLOGIAS ENGAJADAS NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO: Uma proposta a partir do trabalho extensionista com Povos Indígenas

PEDRO HENRIQUE MOREIRA[1];
LUCIA KARINE DE ALMEIDA[2]
ARMINDO DOS SANTOS DE SOUSA TEODÓSIOA[3]

[1]*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – pedroadvdireito@gmail.com*
[2]*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – arquitetaluciakarine@gmail.com*
[3]*Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – armindo.teodosio@gmail.com*

Resumo

O artigo questiona quais são as insuficiências dos fundamentos decoloniais, à luz da contracolonialidade, e as possibilidades de metodologias contracoloniais para pesquisas junto aos Povos Indígenas no campo da Administração, a partir das reflexões de Krenak (2019; 2024) e Bispo (2015; 2023). Assim, o objetivo geral é demonstrar a contracolonialidade como alternativa epistêmica para compreender o mundo a partir de cosmovisões não submetidas aos vícios coloniais, o que é possível pela crítica às insuficiências do decolonialismo, caracterização do contracolonialismo e indicação de metologias não convencionais como alternativas para as pesquisas. As discussões, para além da revisão da literatura e de materiais orais, também se estruturam a partir das experiências e vivências no Programa Saberes e Inovação pela Sustentabilidade (Sabiás), da PUC Minas, que permitem indicar o engajamento da pesquisa como caminho contracolonial para os estudos junto aos Povos Indígenas.

Palavras-chave: Decolonialismo. Contracolonialismo. Pesquisa engajada. Povos Indígenas.

Introdução

O pensamento decolonial se consolida nas discussões acadêmicas do campo da Administração como uma via para debates e crítica à colonialidade dos saberes (Faria, 2024), com marcas que precisam ser consideradas. Inicialmente, tais questões surgem a partir de uma percepção de que há um movimento teórico que esteriotipa as comunidades colonizadas (Faria, 2024), em um movimento de mera clivagem da pesquisa para fins de publicação (Bosh, 2025).

Essa situação ocorre em razão de uma influência colonial na lógica da formação do pensamento teórico decolonial latino-americano (Grosfogue, 2013), que – principalmente no campo da gestão e organizações – se fundamenta na literatura colonial, cuja base é racial (Faria, 2024). Assim, as relações de poder e significado ficam restritas (Bosh, 2025) pela dinâmica de desconsideração de aspectos de vulnerabilização dos corpos (Faria, 2024), sem o desvinculamento de uma ilusão da epistemologia do ponto zero (Mignolo, 2009).

Em um segundo momento, a problemática da empreitada decolonial no campo da Administração estaria vinculada à produção de conhecimento decolonizante a partir de uma lógica em que o conhecimento das comunidades originárias é estabelecido como base epistêmica – sem os devidos créditos (Rivera, 2010). Isso ocorreria, inclusive, por meio de

pensadores do Sul inseridos na dinâmica de cooptar e despossuir corpos mais escuros no Sul – embranquecendo epistemes-ação (Faria, 2024).

Na sequência, a questão decolonial esbarraria em uma tendência de mera tentativa de diversificar campos e debates existentes a partir de ideias originadas fora do eixo ocidental (Bosh, 2025). Significa dizer de uma propensão de que o decolonialismo seja mera roupagem para as pesquisas, e da necessidade de não modificar a superfície das discussões, mas de refazer os fundamentos do pensamento - alcançando as realidades do Sul, mas também as periferias do Norte (Sousa Santos, 2012; Milan, Treré, 2019), com consideração às multiplicidades de conhecimentos a partir de uma lógica não universalizante (Connell, 2020; Nuamnjoh, 2010).

Por fim, a questão da decolonialidade se mostraria insuficiente – sobretudo no que diz respeito às trajetórias indígenas – em razão da ausência de colonização efetiva do pensamento originário, que resiste nos territórios e não demanda uma postura pela descolonização, mas de contracolonialidade (Krenak, 2024; Bispo, 2023). Essas comunidades que, a princípio, não estariam integradas à globalização e ao consumo e produção, permitem, pela sua própria episteme, apontar para novas possibilidades de planejamento e organização das sociedades (Krenak, 2019), não por meio da teoria, mas por meio da trajetória (Bispo, 2023).

Nesse sentido, a pesquisa questiona quais são as insuficiências dos fundamentos decoloniais e as possibilidades de metodologias contracoloniais para pesquisas junto aos Povos Indígenas no campo da Administração. A pergunta se fundamenta nos incômodos dos pensamentos de Krenak (2019; 2024), bem como de Bispo (2015; 2023), no entendimento das vidas e territórios que são atravessados pelo colonialismo – e que resistem a esses atravessamentos a partir dos significados e nominações (Bispo, 2023) e florestamento do pensamento (Krenak, 2023).

Para tanto, o objetivo geral do estudo é demonstrar a contracolonialidade como alternativa epistêmica para compreender o mundo a partir de cosmovisões não submetidas aos vícios coloniais. Isso é possível a partir dos objetivos específicos, quais sejam, (i) apresentar a crítica às insuficiências do decolonialismo (Faria, 2024; Bosh, 2025; Rivera, 2010; Krenak, 2024; Abdallah, 2024); (ii) caracterizar o contracolonialismo como resultado de construções de trajetórias nos territórios (Bispo, 2023; Krenak, 2024); (iii) indicar metodologias não convencionais como alternativa contracolonial para pesquisas no campo da Administração (Nascimento e Medeiros, 2024; Pozzebon, 2018; Harari, Pozzebon, 2024; Cherrington et al, 2019; Bispo, 2025).

Para além da revisão bibliográfica e acompanhamento de materiais cuja marca principal é a oralidade, a pesquisa pretende sua estruturação a partir das vivências do Programa Saberes e Inovação pela Sustentabilidade (SABIÁS), do Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Significa dizer que as reflexões são marcadas pelo engajamento (Pozzebon, 2018; Harari, Pozzebon, 2024) – em uma dinâmica cíclica entre a investigação e a produção do conhecimento junto aos territórios.

Nesse sentido, o primeiro capítulo trata da crítica ao pensamento decolonial enquanto resultado de processos epistêmicos que permitem leituras de territórios colonizados, com máculas na gênese dos conhecimentos e nas leituras de territórios não colonizados. O segundo capítulo vai apresentar a contracolonialidade como uma discussão alternativa para a compreensão do mundo e dos saberes, além de opção para o posicionamento das pesquisas. Por fim, o último capítulo apresenta a pesquisa engajada como alternativa contracolonial para estudos na área de Administração.

Insuficiências do pensamento decolonial

Conforme se verifica em Faria (2024), o decolonialismo é uma tendência a ser considerada na literatura de Administração – no Brasil e no mundo. Significa dizer que há um esforço dos pesquisadores do campo em apresentar críticas às construções coloniais, que impregnam as Universidades e espaços ocidentais de produção de conhecimento (Bispo, 2023). Todavia, Faria (2024), Abdalla (2024), Bosh (2025), Krenak (2024) e Bispo (2023) são taxativos em questionar o decolonialismo nos processos de produção de conhecimento.

Bosh (2025) afirma que a descolonização está em toda parte, mas corre o constante risco de não significar muito, além de uma tendência de enquadramento de textos. Significa dizer que, de alguma forma, o decolonialismo pode ser apresentado não em uma perspectiva dialética com a resistência cotidiana de rompimento com o sistema - a exemplo do que lecionam Scott (1985), Vinthagen e Jogansson (2013) - mas como uma roupagem que caracteriza os povos colonizados como receptores passivos de um movimento por justiça.

A identificação das comunidades em polos passivos impede o entendimento dos fundamentos do pensamento pela epistemologia dessas outras culturas. Ao contrário, a discussão pode se viciar em uma tentativa de explicar a vida pela negação metafísica ocidental - sem a consideração das distintas relações complementares que podem justificar cosmovisões não ocidentais (Leff, 2018, 2019, 2020; Sánchez-Antonio, 2025).

Isso pode ocorrer considerando o que Rivera (2010) antecipou: muitas discussões decoloniais se apropriam de ideias originalmente pertencentes a colonizados indígenas, sem a devida referência, e sem a capacidade de refletir as especificidades do pensamento não ocidental para realidades globais. Segundo Rivera (2010), Aníbal Quijano e Walter Mignolo são exemplos de pesquisadores que – em que pese terem origem em países colonizados, desenvolvem suas pesquisas no Norte global, em contexto de objetificação, sem os louros àqueles que deram fundamento a suas ideias e críticas.

Ademais, também é possível considerar que a interculturalidade proposta pelo decolonial levaria a uma "mudança para que nada mude" (Rivera, 2010), de forma que o diálogo intercultural e multicultural se apresenta como uma forma de dominação, que esvazia os significados da pluralidade a partir do discurso da inclusão – uma funcionalidade do neoliberalismo (Walsh, 2009, p. 19).

Nesse sentido, Bosh (2025) afirma que descolonizar não pode ser a mera tentativa de diversificar campos e debates existentes a partir de ideias originadas fora no eixo ocidental, o que também é afirmado por Bispo (2025). Ao contrário, o movimento deve ser o de romper materialmente estruturas epistêmicas, institucionais e tecnológicas que fomentam o imperialismo: uma desconsideração da retórica reformista para a construção de uma alternativa ao império.

Acerca da questão, Krenak (2014), apresentou a seguinte questão: "Sou convidado por muitos de vocês a ler suas teses e dissertações, e então vejo vocês fazendo lá uma 'crítica decolonial'. Eu fico me perguntando: a gente está na Europa? Ora, a gente não tem de fazer uma crítica decolonial, a gente tem que de fazer uma crítica contracolonial".

O que Krenak (2024) trata é que, mesmo no pensamento decolonial, que possui as limitações indicadas por Cusicanqui Rivera (2010), há também a mácula do pensamento europeu como ponto de partida. Isto é, a construção decolonial se inicia a partir da adaptação do pensamento colonial – com a possibilidade de reproduzir estigmas em razão da desconsideração de outras gêneses de pensamento alternativas ao ocidente.

Sobre a questão, Bispo (2025) indica a necessidade de reorientação decolonial a partir da expansão do alcance analítico e ético das pesquisas - que podem ser caracterizadas por uma desconsideração de aspectos relevantes - como a interseccionalidade, desigualdades de poder na produção do conhecimento e histórias coloniais. Isso desencadeia - conforme Bispo (2025) - uma "arrogância ontológica" que gera o predomínio de pressupostos teóricos do Norte, em movimento de marginalização de epistemologias locais e alternativas.

Assim, a práxis decolonial que não questiona as estruturas capitalistas, incluindo a própria produção de conhecimento, pode se tornar mera estética, sem potencial de produzir consequências materiais (Bosh, 2025), incluindo aquelas que afetam economias intelectuais. Ou seja, a decolonialidade para além da estética implica no rompimento com os paradigmas de estabelecimento do pensamento científico como resultado da pesquisa quantitativa e ocidental (Peters, 2024).

Esse caminho de rompimento com a mera estética tem o objetivo de afastar três vícios apontados por Bispo (2025): (i) a criação de ortodoxias, com aplicação de estratégias verticais, sem consideração das especificidades das práticas locais; (ii) a sobreposição de críticas ao eurocentrismo sobre a construção de metodologias plurais e insurgentes; (iii) a precariedade da articulação prática para transformação das pesquisas em processos reflexivos e dialógicos. Trata-se do esforço apontado por Bosh (2025) para superação do decolonialismo como clivagem.

O rompimento com as métricas capitalistas para a promoção de pesquisas e, por consequência, do debate, aumentam o potencial do pensamento decolonial para além do que é comercial (Kapoor, 2024). Significa a necessidade de não diversificar a superfície das discussões, mas de refazer os fundamentos do pensamento - alcançando as realidades do sul, mas também as periferias do norte (Sousa Santos, 2012; Milan, Treré, 2019), com consideração às multiplicidades de conhecimentos a partir de uma lógica não universalizante (Connell, 2020; Nuamnjoh, 2010).

Ivo Makuxi (2025), durante o IV Congresso da Pan-Amazônia, realizado na Escola Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte/MG, fez coro às considerações de Bosh (2025), Kapoor (2024), Saousa Santos (2012), Milan e Tereré (2019), Connell (2020) e Nuamnjoh (2010) ao dizer que "a luta deve ser pelo reconhecimento de outras ciências como ciência, da ciência indígena, cuja tecnologia é ancestral".

Essa outra forma de pensar, a partir de uma outra noção do que é ciência, demanda o reconhecimento da produção indígena de forma horizontal - que precisa ser plural - sob o risco de se "reduzir o debate científico a um balcão de negócios" (Makuxi, 2025). Assim, o que deve se buscar a partir de uma "nova ciência" é a pesquisa como espaço para "se despertar de forma coletiva do sonho colonial de ser muita coisa", e mais ainda, a compreensão de que os debates sobre os povos e meio ambiente importam "não pela biodiversidade, mas porque é sobre nossa casa, nossa vida" (Makuxi, 2025).

Isso demanda - mais que a consideração de outros saberes - mas o exercício por outras formas de compreender o mundo, a exemplo do relato de Makuxi (2025): "Em Makuxi não há correspondência da saudação 'bom dia' e outras saudações parecidas. O que se faz é perguntar, para aqueles que são importantes, 'como vai a saúde". Ou seja, há um esforço genuíno pela pessoa em si, o que também deve orientar as pesquisas - o que, inclusive, justifica a escolha deste estudo pela pesquisa engajada (Pozzebom, 2018).

A pessoa, conforme é possível confirmar pelo teor da afirmação de Makuxi (2025), também envolve o reconhecimento da importância do território e da história: "Meu medo é falar o conhecimento do meu povo e isso virar um livro que não serve para nada, que não conta a

história das pessoas". Ou seja, para o reconhecimento de uma ciência plural e horizontal com os povos indígenas, o ser e o território devem ser entendidos como aspectos indissociáveis – e não colonizados.

Essa forma de pensar - inclusive - deve fazer parte de um esforço de preservação e perpetuação dentro dos próprios territórios, para além de uma conquista no "fazer pesquisa não indígena". Isso, considerando os atravessamentos do mundo ocidental na educação indígena que, conforme leciona Vergolina (2024), é absorvida pelo sistema como forma de inclusão social, mas também como um "cavalo de tróia" capaz de inserir epistemologias eurocêntricas nas comunidades indígenas.

Essa dinâmica ocorre, principalmente, a partir de uma tentativa cartesiana de fragmentação do pensamento indígena (Freire, 2000; Nascimento e Medeiros, 2024) que, de forma não neutra e não imparcial (Perissé, 2008), ofusca a oralidade e a tradição como metodologias do conhecimento dentro dos territórios indígenas. Ademais, para além da tentativa de apagamento do pensamento a partir do território, há também um neoextrativismo - que saqueia os conhecimentos para o ocidente (Pelacani, Guerra, 2024).

Nesse sentido, a consolidação do decolonialismo como um pensar junto aos povos indígenas - e não sobre os povos indígenas - demanda o reconhecimento do Bem Viver como uma realidade indissociável e não usurpável dos territórios. Isso porque, é a construção contínua da memória coletiva do povo (Dorrico, 2017; Dorrico, 2019; Dorrico, 2022; Ramos et al, 2024), com a contínua construção de saberes por uma representação cultural e política (Ribeiro Payayá, 2024).

A manutenção das epistemologias dos territórios, bem como o rompimento com a métrica capitalista de produção do conhecimento, resulta na possibilidade de incorporar os colonizados como interlocutores e co-teorizadores, e não como ameaças. Ou seja, há espaço para a reconstrução da esfera pública como espaço da razão em face do espaço de violência e soberanias fantasmagóricas outrora construído (Mbembe, 2017).

Contracolonialidade como caminho

Esta é a proposta de Bispo (2015) ao traçar uma perspectiva de contracolonialidade, isto é, de contrariar o colonialismo – o que implica, inclusive, em negá-lo como ponto de partida para uma crítica ao mundo. Nega-se, pelo pensamento contracolonial, inclusive, a realidade de mundo que é apresentada, de forma que são considerados os mundos e significados que existem independemente de conceitos e entendimentos coloniais.

Para Bispo (2015), a contracolonialidade, entendida nesta pesquisa como uma alternativa à decolonialidade, está centrada na vivência, que fornece o retrato de outras vidas, realidades e epistemes. É nesse sentido que Bosh (2025) propõe três princípios para orientar a práxis decolonial para além da roupagem:

> 1. Reflexivity over equivalence: Pairing thinkers across geopolitical lines must be done with an acute awareness of asymmetry. It is not enough to cite 'diverse' sources if they are read through Northern frames or instrumentalised to support pre-existing arguments. Instead, scholars must reflect on why they are citing, how they are reading, and whose frameworks are being centred.
> 2. Situated analysis over universal abstraction: Co-theorisation requires attention to the social, political and historical contexts from which theory emerges. Theories are not portable blueprints; they are grounded practices. A situated praxis resists the urge to extract insights from the Global South to universalise Northern concerns, and instead begins with the local, the relational and the unfinished.

> 3. Power-aware collaboration: Engaging across epistemic boundaries demands not only intellectual openness but material accountability. Co-theorisation must grapple with access, funding, translation, authorship and citation politics. Who gets invited to theorise? Who is relegated to 'fieldwork'? Who is legible to journals, reviewers and tenure committees? As Bhambra (2014) reminds us, the reproduction of Northern theory as universal is a product of institutional design, not epistemic merit (Bosh, 2025, p. 09)[1].

Não se pode ignorar, nesse ponto, que a Administração – ao discutir o e pelo decolonialismo – parece, a princípio e de forma geral, não alcançar tais questões, sobretudo em razão das abordagens das pesquisas que tratam sobre povos indígenas, e mais ainda pesquisas escritas por indígenas. É essa lacuna que torna necessário o aprofundamento das reflexões que possam levar a um ou mais conclusões que, pretende-se, contribua para a Administração.

O questionamento acerca das suficiências e insuficiências do pensamento decolonial se justifica pela gênese do próprio pensamento, que tem o colonialismo como ponto de partida e o risco de reprodução e manutenção dos fundamentos coloniais, sem a construção de uma alternativa não reformista (Bosh, 2025). Sobre esse ponto, Faria (2024) indicou se tratar de uma tendência de prescrição de soluções decoloniais "desengajada da práxis cotidiana experienciada".

Nesse ponto, é importante indicar que a bibliografia no campo da Administração aponta para o caminho já questionado por Faria (2024), com uma tendência de construção de políticas decolonizantes que esteriotipam o mundo entre os bons e os maus indígenas, o modelo de comunidades indígenas, possibilidades de integração – tudo sob o pretexto do desenvolvimento. Significa dizer que, apesar da clivagem decolonial, a abordagem acerca da vida dos Povos Indígenas está marcada por uma lógica colonial, o que, conforme Grosfogue (2013), é uma traço da teorização decolonial latino-americana.

Conforme tratado por Faria (2024), no campo da gestão e organizações, há uma realidade de fundamentação teórica por meio de literatura colonial, de base racial, que ignora os aspectos de vulnerabilização de corpos e, por consequência, terminam por viciar as pesquisas em conclusões baseadas nas relações individuais, que restringem as relações "de poder e significado" - o que também foi abordado por Bosh (2025).

Não há uma preocupação com o desvinculamento da ilusão da epistemologia do ponto zero (Mignolo, 2009), que seria a desobediência epistêmica que afastaria o decolonialismo da mácula da agenda reformista e metafórica a que se refere Bosh (2025):

---

[1] 1. Reflexividade sobre equivalência: O pareamento de pensadores de diferentes linhas geopolíticas deve ser feito com uma consciência aguda da assimetria. Não basta citar fontes "diversas" se elas forem lidas através de estruturas do Norte ou instrumentalizadas para sustentar argumentos preexistentes. Em vez disso, os acadêmicos devem refletir sobre por que estão citando, como estão lendo e quais estruturas estão sendo centralizadas.

2. Análise situada sobre abstração universal: A coteorização requer atenção aos contextos sociais, políticos e históricos dos quais a teoria emerge. Teorias não são projetos portáteis; são práticas fundamentadas. Uma práxis situada resiste à necessidade de extrair insights do Sul Global para universalizar as preocupações do Norte e, em vez disso, começa com o local, o relacional e o inacabado.

3. Colaboração consciente do poder: O engajamento através de fronteiras epistêmicas exige não apenas abertura intelectual, mas também responsabilidade material. A coteorização deve lidar com acesso, financiamento, tradução, autoria e políticas de citação. Quem é convidado a teorizar? Quem é relegado ao "trabalho de campo"? Quem é legível para periódicos, revisores e comitês de estabilidade? Como Bhambra (2014) nos lembra, a reprodução da teoria do Norte como universal é um produto do design institucional, não do mérito epistêmico. (Tradução nossa)

> To decolonise is not to diversify the canon or retrofit existing paradigms with more inclusive language. It is to rupture the architectures of domination that structure our field, intellectually, institutionally and economically As a method, decolonisation demands more than critique. It requires a commitment to building alternative ways of knowing, citing, collaborating and theorising that do not extract from the margins to enrich the centre, but that redistribute power and centre struggle. Citation is political, that platforms are colonial, and that solidarity must be material. These are not rhetorical flourishes, they are the stakes. If we allow decolonisation to become a checklist, a conference theme or a syllabus aesthetic, we risk stripping it of its radical potential, and risk mistaking symbolic recognition for structural transformation (...) Decolonisation must not be reduced to repair. It is already being lived through the insurgent knowledges, fugitive infrastructures and epistemic disobedience of those long excluded from scholarly legitimacy. The task is not only to theorise decolonial futures, but to amplify the struggles already underway, to join them and to be changed by them (Bosh, 2025, p. 10)[2].

Para além do retrato da investigada insuficiência da decolonialidade para abordagens sobre Povos Indígenas no campo da Administração, também é importante pontuar uma insuficiência relacionada à própria escassez das produções. É o que retrataram Cunha e Sousa (2022) ao identificarem que "uma busca em revistas de administração nos repositórios Spell e Scielo, com o descritor "indígena", retornou 14 publicações com Qualis B1 e acima". Quando o recorte pretendido é expressamente a decolonialidade, destacam-se autores como Abdala e Faria (2017) e Wanderley (2015).

Quando da pesquisa na plataforma Spell com o descritor "indígena", sem o filtro por Qualis, ocorreu o retorno de 40 publicações. Por outro lado, na plataforma Spell, a busca pelo descritor "contracolonial" e/ou "contracolonialidade" retornou um resultado nulo, de forma que é referendada a lacuna teórica nas discussões que superem a barreira do decolonialismo como alternativa para tratar a vida das comunidades indígenas.

Assim, no campo da Administração, a proposta de Faria (2024) seria "abraçar epistemes sulistas para tentar desfazer as epistemologias de ignorância fomentadas pela superioridade branca", de forma que seja possível um movimento que se dissocie do colonialismo e, mais ainda, permita a resistência ao movimento de apropriação do pensamento "não-branco" por pensadores nortistas, que "embranquecem" epistemes do Sul (Abdallah, 2024; Faria, 2024):

> Este corpo contestado e marginalizado reafirma e desafia a matriz de epistemologias da ignorância institucionalizada pela universidade neoliberal e pela expansão radical do capital racial/colonial. Este corpo menos claro que o corpo dominante de epistemologias da ignorância preferido por sistemas existentes de conhecimento, coopta e despossui corpos mais escuros no Sul e no Norte enquanto despossui, submerge e embranquece epistemes-ação sulistas escurecidas que desde 1492 creolizam, se regeneram e constituem um virtualmente ingovernável ecossistema

[2] Descolonizar não é diversificar o cânone ou adaptar paradigmas existentes com uma linguagem mais inclusiva. É romper as arquiteturas de dominação que estruturam nosso campo, intelectualmente, institucionalmente e economicamente. Como método, a descolonização exige mais do que crítica. Requer um compromisso com a construção de formas alternativas de conhecer, citar, colaborar e teorizar que não extraiam das margens para enriquecer o centro, mas que redistribuam o poder e a luta central. A citação é política, as plataformas são coloniais e a solidariedade deve ser material. Estes não são floreios retóricos, são as apostas. Se permitirmos que a descolonização se torne uma lista de verificação, um tema de conferência ou uma estética de programa, corremos o risco de despojá-la de seu potencial radical e de confundir reconhecimento simbólico com transformação estrutural (...) A descolonização não deve ser reduzida à reparação. Ela já está sendo vivida por meio dos conhecimentos insurgentes, das infraestruturas fugitivas e da desobediência epistêmica daqueles há muito excluídos da legitimidade acadêmica. A tarefa não é apenas teorizar futuros descoloniais, mas ampliar as lutas já em curso, juntar-se a elas e ser transformado por elas. (Tradução nossa)

> escuro-claro de (auto)desenvolvimentos e projetos decoloniais inacabados e inacabáveis e potencialmente reumanizantes (Faria, 2024, p. 10).

Nesta pesquisa, esse caminho se justifica nas propostas de discussão acerca da contracolonialidade. Para Bispo (2015 e 2023), a contracolonialidade está centrada na vivência, que fornece o retrato de outras vidas, realidades e epistemes. Significa dizer que, ao contrário do decolonialismo, que questiona a lógica colonial, o contracolonialismo propõe um outro ponto de partida para o pensamento – de forma que seja possível compreender as organizações, as gestões e as comunidades a partir de uma realidade alheia e para além do colonial.

Essa outra dinâmica justifica, inclusive, um debate pela própria linguagem - que é central nas disputas de identidade (Bispo, 2023). Assim, a própria referência aos povos indígenas enquanto "tribos", "aborígenes" e até mesmo "indígenas" demanda um aprofundamento para a construção de cenários a partir dos entendimentos das próprias comunidades (Peters, Mika, 2017).

Peters e Mika (2017) identificaram que a autodenominação é um instrumento para enfrentamento à colonialidade: "quem nomina, domina" (Bispo, 2023). A partir das discussões de Abdallah (2024) e Faria (2024), afirma-se que é também um posicionamento importante em face do decolonialismo - uma vez que os questionamentos sobre a linguagem também permitem uma crítica sobre a crítica, seja na academia, seja nos territórios, seja em documentos legais nacionais e internacionais.

Para além da questão conceitual, Medonça *et al.* (2024) tratam da necessidade de uma "rebelião epistemológica" ao identificar que os pensadores indígenas e quilombolas tecem severas críticas às leituras sobre desenvolvimento e organização. Conforme se verifica, a lógica dessas comunidades está baseada na pluralidade do cenário e a complexidade das interações humanas, demonstrando a capacidade de organização coletiva com base em crenças, valores e objetivos compartilhados. Essas comunidades que, a princípio, não estariam integradas à globalização e ao consumo e produção, permitem, pela sua própria episteme, apontar para novas possibilidades de planejamento e organização das sociedades (Krenak, 2019).

Boyer (2016) trata da questão - ainda que não discuta a contracolonialidade de forma direta - ao indicar a importância do fortalecimento de produções engajadas e comprometidas com os desafios sociais, cívicos, econômicos e morais, o que perpassa pela inclusão das pessoas na construção do debate. O que se verifica é uma proposta pela redistribuição dos saberes e do "reenraizamento" local a partir da partição global que se contraponha à homogeneização global (Boyer, 2016).

Assim, a lacuna deixada pelo colonialismo que nega o Outro, bem como o decolonialismo que se contrapõe teoricamente à construção colonial, demandaria – pelo viés desta pesquisa – uma abordagem que reconheça o Outro como fonte de saber próprio, que não precisa comungar da mesma perspectiva de mundo, considerando realidades que, no território, podem resistir ao colonialismo e manter cosmovisões anteriores à colonização (Bispo, 2015 e 2023; Krenak, 2019 e 2020).

Trata-se de uma visão que, conforme Krenak (2020), pode impedir o fim da humanidade pelos seres humanos, e – na interpretação desta pesquisa – permitir o entendimento das produções e saberes dos territórios como conhecimento autônomo e independente. É o que relata Krenak (2024, p. 18) ao dizer que "foi ali que eu atinei que havia algo na perspectiva dos povos indígenas, em nosso jeito de observar e pensar, que poderia abrir uma fresta de entendimento nesse entorno que é o mundo do conhecimento".

Ferrari Júnior (2022), ao tratar de Krenak (2020), indica que a ressignificação do discurso dos povos indígenas permite a valorização dos saberes e o reconhecimento de sua existência antes de qualquer atravessamento colonial. É o que também verificamos nos relatos etnobiográficos de Kopenawa e Albert (2015), em que fica claro uma visão de mundo anterior à colonização e que permanence no tempo (em que pese não estático), em coro com a proposta contracolonial de Bispo (2023) e Krenak (2024).

Ainda que as críticas decoloniais, bem como às críticas ao decolonialismo, integrem a teoria, a abordagem contracolonial pretendida na pesquisa – e indicada como uma possibilidade de construção – demanda uma abordagem junto às comunidades indígenas, a vivência e o território, uma abordagem pela trajetória (Bispo, 2023), de forma que se busca a realização de uma pesquisa engajada, com a participação ativa das pessoas e posicionamento de todos os atores de forma reconhecidamente política.

Pesquisa engajada como alternativa contracolonial

Tendo em vista as possibilidades de outras abordagens para a construção de uma realidade contracolonial – que leve à produção da vida e dos saberes nos territórios, em movimento de resistência à dinâmica necropolítica - as saídas propostas para a investigação pretendem seguir pelo menos tradicional na dinâmica científica e – com as justificativas cabíveis – permitir que as próprias comunidades indígenas indiquem formas de questionar e responder.

Trata-se de abordagem metodológica vivenciada pelo Programa Saberes e Inovação pela Sustentabilidade (Sabiás), da Pontifícia Universidade de Minas Gerais (PUC Minas). O Sabiás, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social, do Programa de Pós-Graduação em Administração, propõe o trabalho em cinco eixos temáticos, quais sejam, indígenas, quilombolas, catadoras/es, águas e gestão.

As atividades do Programa são pensadas para execução juntamente às comunidades, com forte presença nos territórioS de Brumadinho/MG, principalmente na Aldeia Arapowã Kakyá (Xukuru Kariri), Aldeia Naô Xohã (Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe), Quilombo Ribeirão e sede da cidade. Na mesma medida, o Sabiás se estrutura para articular atividades com as comunidades dentro da Universidade – na dinâmica denominada pelo Programa como extensão invertida que, assim como todas as demais atividades, segue a premissa de que não há desvinculação entre teoria e prática.

Significa dizer que o caminho metodológico das atividades de pesquisa do Programa, constantemente em construção e especialmente para as pesquisas com os povos indígenas, se aproxima da pesquisa-ação, com a busca da mudança da prática pela própria prática (Brown; Dowling, 2001, p. 152).

Trata-se de uma pretensão de contribuir para perspectivas não homogeneizantes, em dinâmicas não discriminatórias (El Andaloussi, 2004; MCKernan, 2009). Significa dizer que, pelos princípios da pesquisa-ação, a pesquisa no território fica marcada pela predisposição ao reconhecimento da diversidade, com o envolvimento direto dos participantes na pesquisa (Thiollent, Colette, 2014) e concentração "nas situações de discussão e de argumentação entre pesquisadores e participantes (Martins, Santos, 2018; Eden, Huxham, 2001).

Vergara (2006) leciona que "pesquisa-ação é um tipo particular de pesquisa participante e de pesquisa aplicada que supõe intervenção participativa na realidade social". Significa dizer que há, na pesquisa-ação, uma base que é transformadora (NILLSON, 2000).

Ou seja, a execução da pesquisa se baseia em uma investigação a partir de técnicas consolidadas “para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (Tripp, 2005, p. 446), de forma que “ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática” (Tripp, 2005, p. 447). Significa dizer que a teoria fornece subsídios para a reflexão (Elliot, 1994, p. 134; Smokh, 2003) para, concomitantemente, ser realizada a problematização pela aplicação (Tripp, 2005).

Assim, o que se espera para a construção no Sabiás é uma pesquisa que contribua no fortalecimento do reconhecimento da diversidade (Thiollent; Colette, 2014), o que pode ser realizado pelo diálogo e tentativa de inclusão das comunidades.

Conforme se verifica nos processos formativos do Programa, principalmente entre os anos de 2023 e 2025, há a necessidade de resistência à fragmentação cartesiana dos saberes (Freire, 2000; Nascimento e Medeiros, 2024) e ao neoextrativismo nos territórios (Pelacani, Guerra, 2024) para a construção de um conhecimento ocidental a partir da apropriação de outros conhecimentos, em uma dinâmica que não é imparcial (Perissé, 2008).

Ademais, junto aos povos indígenas também se indica a importância de uma perspectiva contracolonial a partir do engajamento, enquanto proposta de forma qualitativa de pesquisa a partir de uma condução participativa. Significa dizer que não haverá separação entre a figura dos atores que constituem a pesquisa e o pesquisador, com o desaparecimento das noções de um objeto a ser estudado (Pozzebon, 2018).

Cherrington et al (2019) tratou da pesquisa engajada ao indicar a possibilidade um engajamento dialógico, que proporcione uma troca horizontal de vozes e significados - baseada na escuta e coautoria do conhecimento. Ademais, há também o esforço de entendimento das múltiplas camadas que são também atores ativos do processo em uma dinâmica de mudança social e ampliação da consciência crítica. Sobre o engajamento, é importante reforçar:

> The value of engagement from this perspective is evaluated according to two criteria: process and impact. While the first is viewed in terms of ‘building capacity, responding to identified needs, and working in partnership’, impact is assessed through ‘clarifying relevance, scholarly outputs, receptiveness, satisfaction, and mutual benefit’ (NMMU, 2013: 1). Van Schalkwyk and de Lange (2018) further provide an outline of the university’s process towards developing an institutional profile and identity as an ‘engaged university’, thus embedding engagement as an accepted practice (Cherrington et al, 2019, p. 166).[3]

O que se verifica, portanto, é que a pesquisa engajada também se compromete com a pesquisa como um objeto de mudança - em que todos os envolvidos são tangenciados. Significa dizer que há um reconhecimento expresso sobre a dialética como instrumento cujo pressuposto é o protagonismo da comunidade - cujas realidades são complexas e suficientes para construção de recursos (Cherrington et al, 2019; Kretzmann and McKnight, 1993).

Nesse sentido, há a preocupação de Bispo (2025) ao relatar a necessidade de expandir o alcance analítico ético das pesquisas - com a observação das histórias e das situações de poder no território. Signfica dizer que a pesquisa deve ser marcada por uma heterogeneidade das práticas, não abstração histórica e consideração de epistemologias locais sobre os pressupostos

[3] O valor do engajamento, sob essa perspectiva, é avaliado de acordo com dois critérios: processo e impacto. Enquanto o primeiro é visto em termos de "desenvolvimento de capacidades, resposta às necessidades identificadas e trabalho em parceria", o impacto é avaliado por meio da "elucidação da relevância, dos resultados acadêmicos, da receptividade, da satisfação e do benefício mútuo" (NMMU, 2013: 1). Van Schalkwyk e de Lange (2018) fornecem ainda um esboço do processo da universidade para o desenvolvimento de um perfil institucional e de uma identidade como "universidade engajada", incorporando assim o engajamento como uma prática aceita.

teóricos do norte, como forma de afastar o esforço contracolonial como mera clivagem (Bosh, 2025).

Assim, em que pese o reconhecimento das limitações também dos teóricos da prática, a busca da pesquisa é representada pelas considerações de Bispo (2025):

> Despite the conceptual openness of practice theories, many empirical studies - particularly those conducted within dominant institutional and epistemic centres2 - tend to reproduce analytical closures that obscure key dimensions of power, history, and difference. While foundational practice theorists such as Bourdieu, Giddens, or Schatzki offer resources to explore contestation and hierarchy, applied research often privileges stability, routine, and normativity over disruption, struggle, and transformation (Bispo, 2025, p. 03).[4]

Nesse sentido, Bispo (2025) aponta um caminho claro para a orientação das pesquisas práticas - que tangenciam e propõe uma solução para as discussões de Bosh (2025) acerca do risco do decolonialismo como simples roupagem. Isso se dá por meio dos conceitos de fronteira e insurgência.

A fronteira é apresenta por Bispo (2025) não como a condição de exclusão, mas como um espaço de encontro, tradução e negociação entre aspirações (Scobie, Lee e Smyth, 2021). A insurgência, por outro lado, é a apresentação da resistência epistêmica como um lugar para criar espaços (Bispo, 2025), e não apenas para a crítica às epistemes dominantes (Lugones, 2014).

Significa dizer que a fronteira e a insurgência atuam na pesquisa de forma a reconfigurar espaços epistemológicos, a partir do engajamento (Girei, 2017), da reexistência coletiva (Lugones, 2014) e da reflexividade crítica (Bonatti e Battestin, 2023) - conforme sistematizado por Bispo (2025).

Da mesma forma, o objetivo é extrapolar a inclusão simbólica dos indígenas a partir da pesquisa dialógica (Bosh, 2025), de forma que eles também constituem método e política da pesquisa (Ndlovu-Gatsheni, 2018). A justiça epistêmica proposta demanda um engajamento baseado em respeito mútuo, reflexividade e responsabilização (Schoon et al, 2020).

Ademais, conforme lecionam Reason e Bradbury (2008), a pesquisa não deve se fundamentar no mero desejo de identificar um problema e alterar essa realidade (e os outros). Ao contrário, deve integrar a pretensão a mudança também daquele que se propõe a pesquisar por meio da abordagem de questões que são relevantes para todas as partes envolvidas. Nessa perspectiva, Pozzebon (2018) indica que essa característica torna a investigação participativa uma potência de mudanças sociais – inclusive, dispensando processos de validação final, considerando a construção conjunta de perspectivas.

Essa participação se fundamenta no reconhecimento de

> una filosofía ancestral profundamente vitalista que sustenta las luchas y los movimientos sociales que apuestan por un nuevo proyecto civilizatorio de vida. Acercarnos a estas filosofías ambientales milenarias resultará de vital importancia para establecer los diálogos de saberes sur-sur y sur-norte global, para la urgente y necesaria

[4] Apesar da abertura conceitual das teorias da prática, muitos estudos empíricos – particularmente aqueles conduzidos em centros institucionais e epistêmicos dominantes² – tendem a reproduzir fechamentos analíticos que obscurecem dimensões-chave de poder, história e diferença. Enquanto teóricos da prática fundamental, como Bourdieu, Giddens ou Schatzki, oferecem recursos para explorar a contestação e a hierarquia, a pesquisa aplicada frequentemente privilegia a estabilidade, a rotina e a normatividade em detrimento da ruptura, da luta e da transformação.

> transición histórica de un proyecto civilizatorio a favor de la vida mediante el diálogo de saberes (Sánchez-Antonio, 2025, p. 272).[5]

Esse diálogo de saberes se apresenta como uma maneira alternativa - e participativa - de processar e construir verdades: "de otros modos de producciín de la existencia humana y de la construcciín de otros mundos posibles"[6] (Leff, 2019, p. 7). Significa dizer que a proposta de trabalho experimentada pelo Programa Sabiás é de atuar em uma perspectiva menos decolonial, e mais contracolonial, a partir do engajamento – com a perspectiva de que os debates são menos centrados em teoria e mais centrados na trajetória, conforme ensina Bispo (2024).

Considerações finais

A pesquisa abordou o pensamento decolonial nas produções acadêmicas no campo da Administração a partir da perspectiva de insuficiência para a crítica à colonialidade dos saberes, em razão da criação de estereótipos das comunidades colonizadas (Faria, 2024). Da mesma forma, as considerações de Bosh (2025) foram apontadas como questão a ser observada – na medida em que há o risco de que o decolonialismo seja mera clivagem para as pesquisas.

Assim, ficou demonstrado que as insuficiências do decolonialismo estão relacionadas à própria influência colonial na formação do pensamento teórico decolonial (Grosfogue, 2013), com bases raciais (Faria, 2024) que interferem nas análises das relações de poder e restringem os significados a partir do colonialismo (Bosh, 2025). Da mesma forma, o estudo indicou uma tendência – já denunciada por Rivera (2010) – de usurpação dos conhecimentos dos povos originários para uso nas pesquisas do Norte Global, ainda que por pensadores do Sul Global, em uma dinâmica de sobreposição epistêmica de pesquisadores menos escuros sobre os mais escuros (Faria, 2024), sem o alcance das realidades das periferias (Sousa Santos, 2012; Milan, Treré, 2019) e de lógicas não universalizantes (Connell, 2020; Nuamnjoh, 2010).

Nesse sentido, o artigo apontou a contracolonialidade como alternativa de leitura de mundo em face da decolonialidade (Krenak, 2024; Bispo, 2023). Isso, na medida em que as trajetórias dos povos originários teriam resistido ao colonialismo, de forma que não há o que ser decolonizado – diz-se de uma permanência da resistência à colonização: o contracolonialismo.

Diante dessas questões, foram discutidas outras vias metodológicas para abordagens em pesquisas junto aos Povos Indígenas no campo da Administração – considerando as problemáticas do decolonialismo e a indicação do contracolonialismo como alternativa para refletir os territórios. Isso foi realizado a partir das vivências do Programa Sabiás, da PUC Minas, que confirmam as reflexões de Pozzebon (2018) a respeito da pesquisa engajada como um instrumento para promoção de transformação social.

Significa que a proposta de metodologia para pesquisas contracoloniais na Administração demanda a desconstrução das noções de um objeto a ser estudado (Pozzebon, 2018), que resista à fragmentação cartesiana dos saberes (Freire, 2000; Nascimento e Medeiros, 2024). Da mesma forma, também se indica o enfretamento ao extrativismo (Pelacani, Gerra,

---

[5] Uma filosofia ancestral profundamente vitalista que sustenta as lutas e os movimentos sociais comprometidos com um novo projeto civilizatório para a vida. Abordar essas antigas filosofias ambientais será de vital importância para o estabelecimento de diálogos globais de conhecimento Sul-Sul e Sul-Norte, para a transição histórica urgente e necessária para um projeto civilizatório em prol da vida por meio de um diálogo de saberes. (Tradução nossa)

[6] de outros modos de produção da existência humana e da construção de outros mundos possíveis. (Tradução nossa)

2024) e o reconhecimento de que a parcialidade (Perissé, 2008) e o engajamento dialógico (Cherrington et al, 2019) são necessários para o florestamento dos saberes.

Referências

ABDALLAH, C. Against mastery: epistemic decolonizing in the margins of the business school. Management Learning, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1177/13505076241236. Acesso em: 10 mar. 2025.

BISPO, Antônio. Colonização, Quilombos: modos e significados. Instituto de Inclusão: Brasília, 2015.

BOSCH, Tanja. Decolonisation is not a vibe: On anti-capitalist praxis, citation politics and epistemic refusal. Media, Culture & Society, v. 1, n. 11, p. 1–11, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1177/01634437251360382. Acesso em: 8 out. 2025.

BOYER, Ernest L. The scholarship of engagement. Journal of Public Service and Outreach, v. 1, n. 1, p. 11-20, 2016.

DORRICO, J. (2017). Alteridade Indígena: Voz-Práxis Via Literatura em A Queda do Céu: Palavras de Um Xamã Yanomami. Opinião Filosófica, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 59-72. https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v8i1.730

DORRICO, J. (2019). Eu sou macuxi e outras histórias. Nova Lima: Caos & Letras.

EDEN, Colin; HUXHAM, Chris. Pesquisa-ação no estudo das organizações. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2, p. 93-117.

EL ANDALOUSSI, K. Pesquisas-ações. Ciência, desenvolvimento, democracia. São Carlos: Edufscar, 2004.

FARIA, A. Decolonial theory/decoloniality. In: KLARSFELD, A.; Nkomo, S.; Taksa, L.; Bender, A. F.; Cachat-Rosset, G. (Eds.). Encyclopedia of Equality, Equity, Diversity and Inclusion, p. 56-62. Edward Elgar Publishing, 2024.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GROSFOGUEL, Ramón. Hay que tomarse en serio el pensamiento crítico de los colonizados en toda su complejidad. Revista Metapolítica, 83(17), p. 32-47, 2013.

HARARI, Teresa; POZZEBON, Marlei. Metodologia otra: Challenging modern/colonial matrix with Paulo Freire and decolonial thinking. Management Learning, v. 55, n. 1, p. 63–80, 2024.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. KRENAK, Ailton. Conferência de inauguração da Cátedra Darcy Ribeiro. Universidade Federal de Minas Gerais, 2024. KRENAK, Ailton. De qual humanidade você é? Entrevista concedida a Camilla Millan e Seham Furlan. ESQUINAS - Revista Digital Laboratório da Faculdade Cásper Líbero, edição 63, 2019. Disponível em: https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/edicoes/63/de-qualhumanidade-voce-e/. Acesso em: 11 set. 2024.

KRENAK, Ailton. Entrevista In COHN, Sergio & KADIWÉU, Idjahure. Tembetá – Conversas com pensadores indígenas. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2019.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 40.

KRETZMANN JP and McKnight JL (1993) Building Communities from the inside Out: A Path toward Finding and Mobilizing a Community's Assets. Evanston, IL: Center for Urban Affairs and Policy Research, Northwestern University.
LEFF, Enrique (2019). Devenir de la vida y trascendencia histórica: las vías abiertas del diálogo de saberes. Desenvolvimento e Meio Ambiente, (50), 4-20.
LEFF, Enrique (2020). Heráclito. La Φύσις y el desocultamiento de la vida. Cosmotheoros. Revista Internacional de Epistemología Ambiental, 1(1), 1-37.
MARIE THIOLLENT, Michel Jean; COLETTE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, v. 36, n. 2, p. 137-146, 2014.
MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2017.
MIGNOLO, W. Desobediencia Epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Ediciones del Signo, Buenos Aires, 2010.
MILAN; TRERÉ (2019). Big data from the South(s): Beyond data universalism. Television & New Media 20(4): 319–335.
MILANEZ, Felipe; SÁ, Lucia; KRENAK, Ailton. Existência e Diferença: o Racismo contra os Povos Indígenas. Dossiê Revista Direito e Práx., v. 10, n. 03, p. 49-62, jul./set. 2019.
NASCIMENTO, Elisangela Castedo Maria do; MEDEIROS, Heitor Queiroz de. Os mitos indígenas Terena em diálogo com a Educação Ambiental. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2024.
NDOVU-GATSHENIN SJ (2018) Epistemic Freedom in Africa: Deprovincialization and Decolonization. London: Routledge.
PAYAYÁ, Ademário Ribeiro. Os Indígenas, A Mãe Terra e o Bem Viver. São Paulo: Santillana Educação, 2024.
PELACANI, Bárbara; GUERRA, Emerson Ferreira. Educação Ambiental antirracista e as lutas dos povos indígenas. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2025.
PERISSÉ, Gabriel. Introdução à filosofia da educação. Petrópolis: Vozes, 2008.
PETERS J (2024) Institutional sources of intellectual poverty in communication research. Communication Research 13(4): 527–559.
RIVERA, Silvia. Ch'ixinakak utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2010.
SÁNCHEZ-ANTONIO, Juan Carlos (en prensa). La filosofía de los zapotecas: hacia un diálogo mundial interfilosófico transmoderno. Ciudad de México: Akal.2025.
SANTOS, Antonio Bispo dos. Saberes quilombolas. Fórum Negro de Arte e Cultura, na Universidade Federal da Bahia, no dia 21 de março de 2023.
SANTOS, Boaventura. Poderá ser o direito emancipatório? Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 65, maio 2003.
SCOBIE, M., Lee, B., and Smyth, S. (2021) 'Braiding Together Student and Supervisor Aspirations in a Struggle to Decolonize.' Organization, 28(5), pp. 857–875.
TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQqyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 set. 2024.
VINTHAGEN S and Johansson A (2013) Everyday resistance: Exploration of a concept and its theories. Resistance Studies Magazine 1(1): 1–46.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.